

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Regime de Recuperação Fiscal

Experiência e Aprendizado

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Primeiro RRF - RJ

Análise de desempenho

PREVISTO vs REALIZADO

(Setembro/2017 a Agosto/2020)



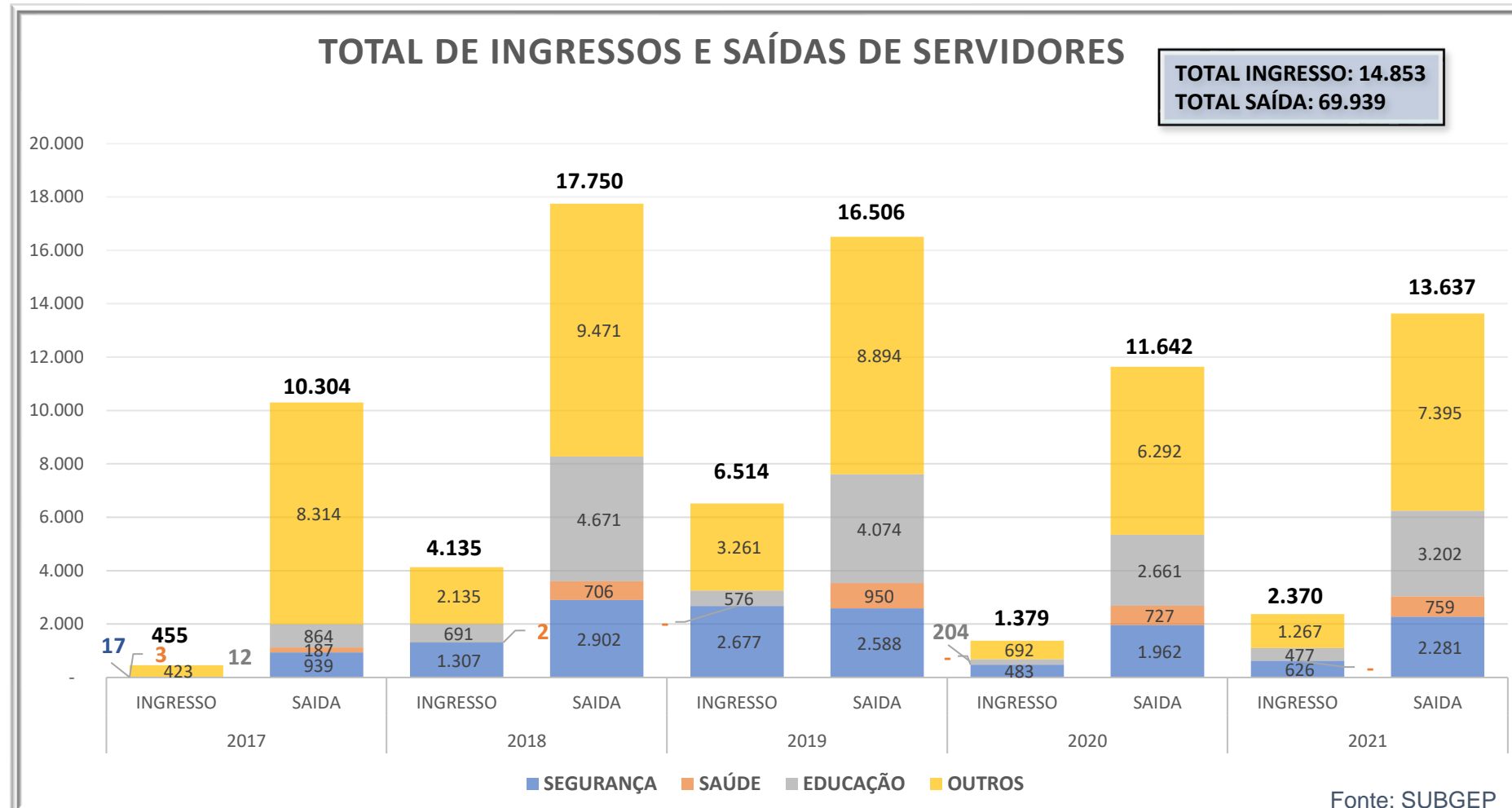
* * *

Estado cumpriu resultado orçamentário conforme o previsto no PRF

Receitas / Despesas (em R\$ bilhões)	Cenário Previsto	Realizado	Diferença
Receitas Correntes	300,1	299,9	-0,3
<i>Receitas Tributárias</i>	190,7	183,4	-7,4
<i>Royalties</i>	35,7	41,5	+5,8
<i>Demais</i>	73,7	75,0	+1,3
Receitas de Capital	14,7	7,3	-7,4
Receitas Totais (1)	314,9	307,2	-7,7
Despesas Correntes	301,7	296,6	-5,1
<i>Pessoal</i>	157,0	155,2	-1,7
<i>Juros</i>	1,7	1,3	-0,4
<i>Outras Despesas Correntes</i>	142,9	140,0	-2,9
Despesas de Capital	9,7	6,6	-3,1
Despesa Total (2)	311,4	303,2	-8,2
Resultado Orçamentário [(1) – (2)]	3,5	4,0	+0,5

Quantitativo de ingresso e desligamento de servidores

O antigo RRF permitiu que o Estado executasse importantes políticas fiscais, como a redução dos gastos com pessoal.



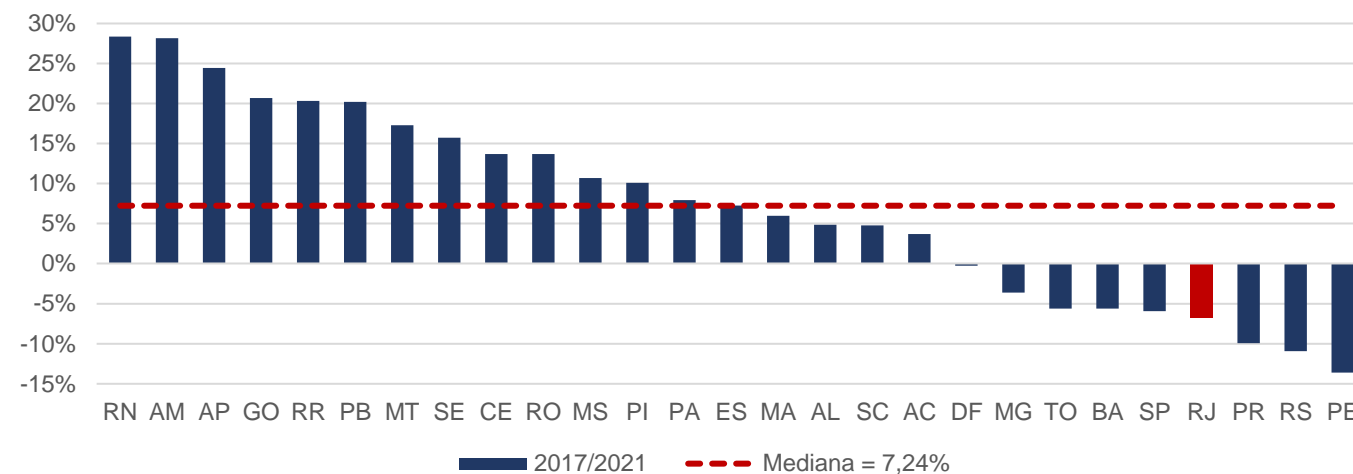
* Período de setembro de 2017 a dezembro de 2021.

Despesa de Pessoal Bruta

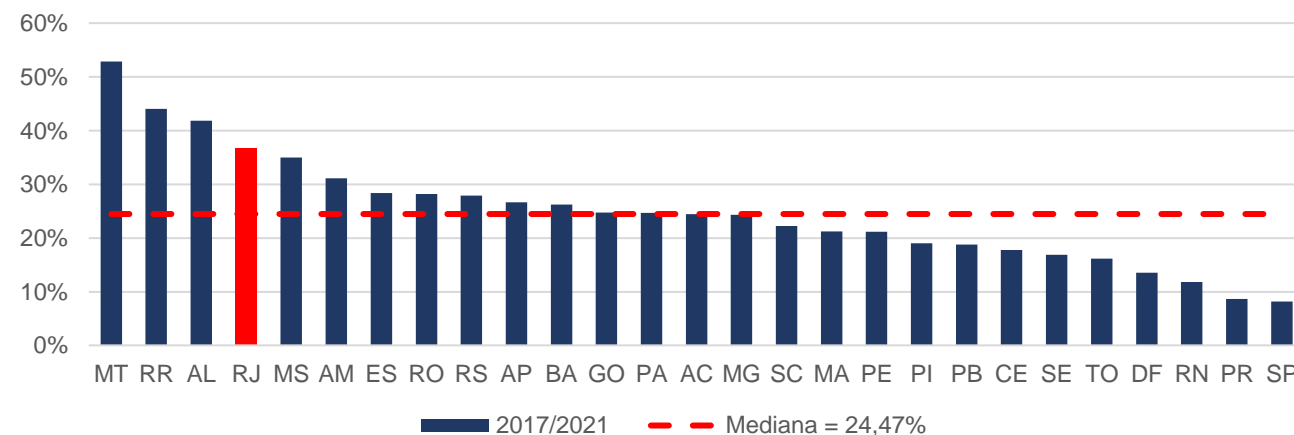
O ERJ vem empreendendo esforços consideráveis de economia, apresentando **queda real nos gastos com pessoal entre 2017 e 2021 (-6,8%)**, frente ao crescimento real mediano de 7,2% das despesas com pessoal dos demais Estados. As despesas apresentadas nessa análise são liquidadas brutas, ou seja, sem as deduções previstas na LRF.

Por sua vez, **a RCL cresceu 36,7% no mesmo período**, frente ao crescimento real mediano de 24,5% dos demais Estados, o que evidência o comprometimento do ERJ com o equilíbrio fiscal.

Crescimento real da despesa bruta com pessoal entre 2017 e 2021



Crescimento real da RCL entre 2017 e 2021



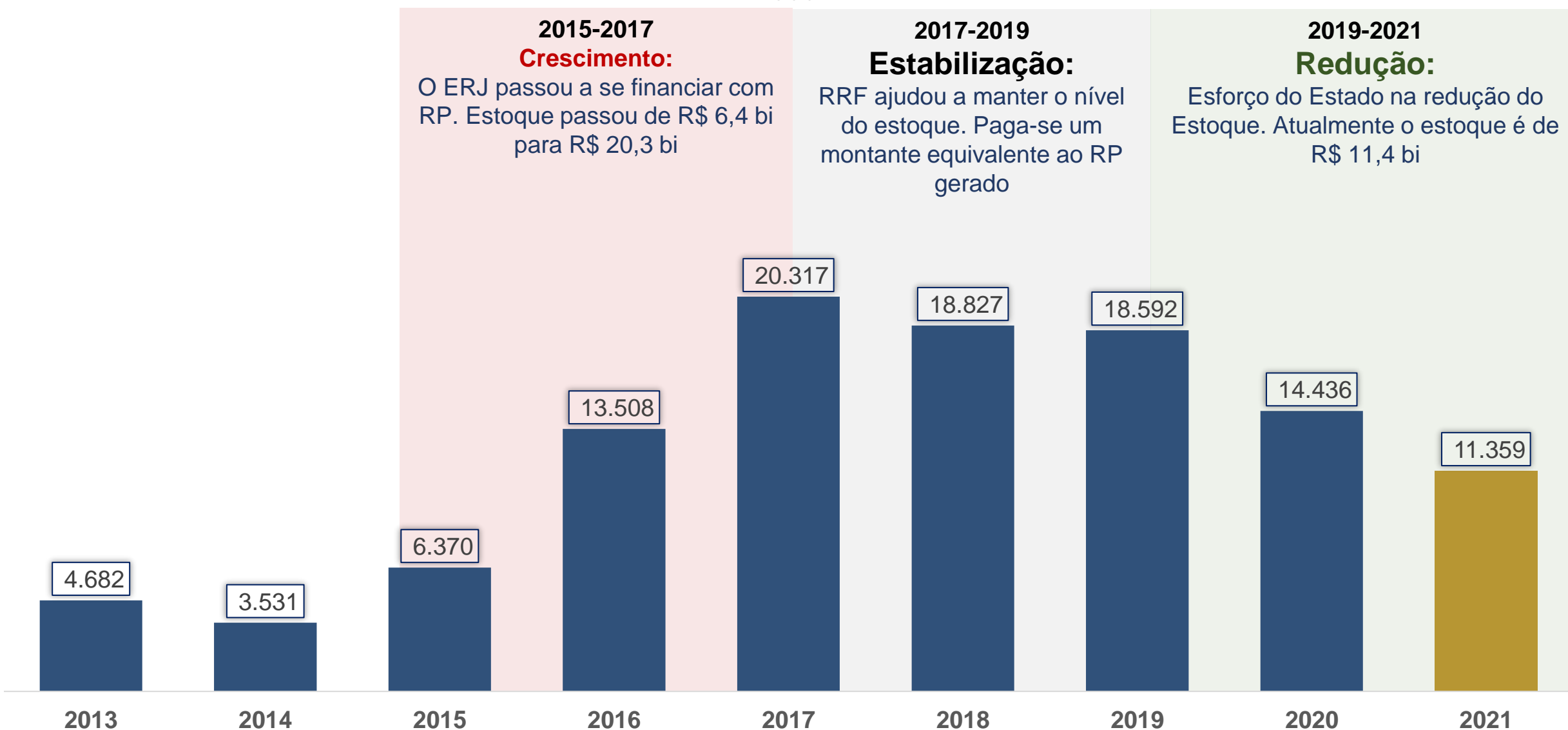
Histórico de Restos a Pagar (em R\$ milhões)

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SEM TEMPO A PERDER



Evolução do Estoque de Restos a Pagar

Secretaria de
Fazenda

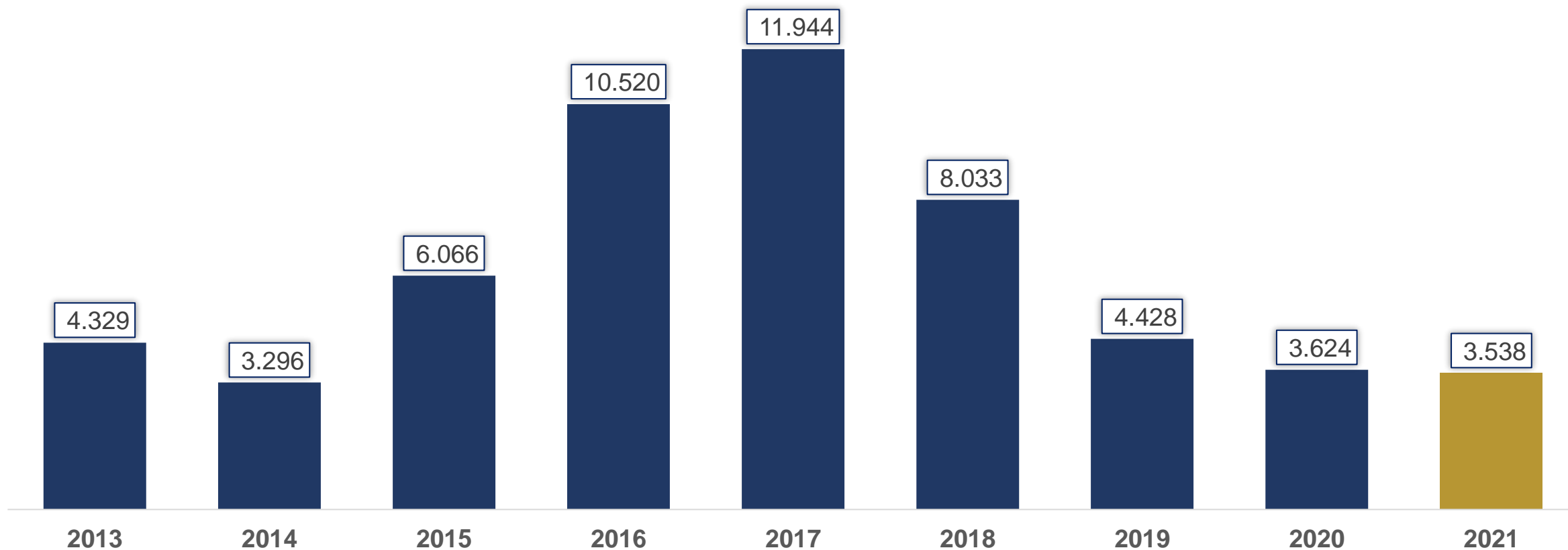


GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SEM TEMPO A PERDER

* * *

O total de novos RPs inscritos em 2021 foi de **R\$ 3,5 bilhões**, o menor valor desde 2015



Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

NOVO RRF (LC 178/2021)

Por que é necessário?

Comparação Regimes x Sem RRF

Secretaria de
Fazenda

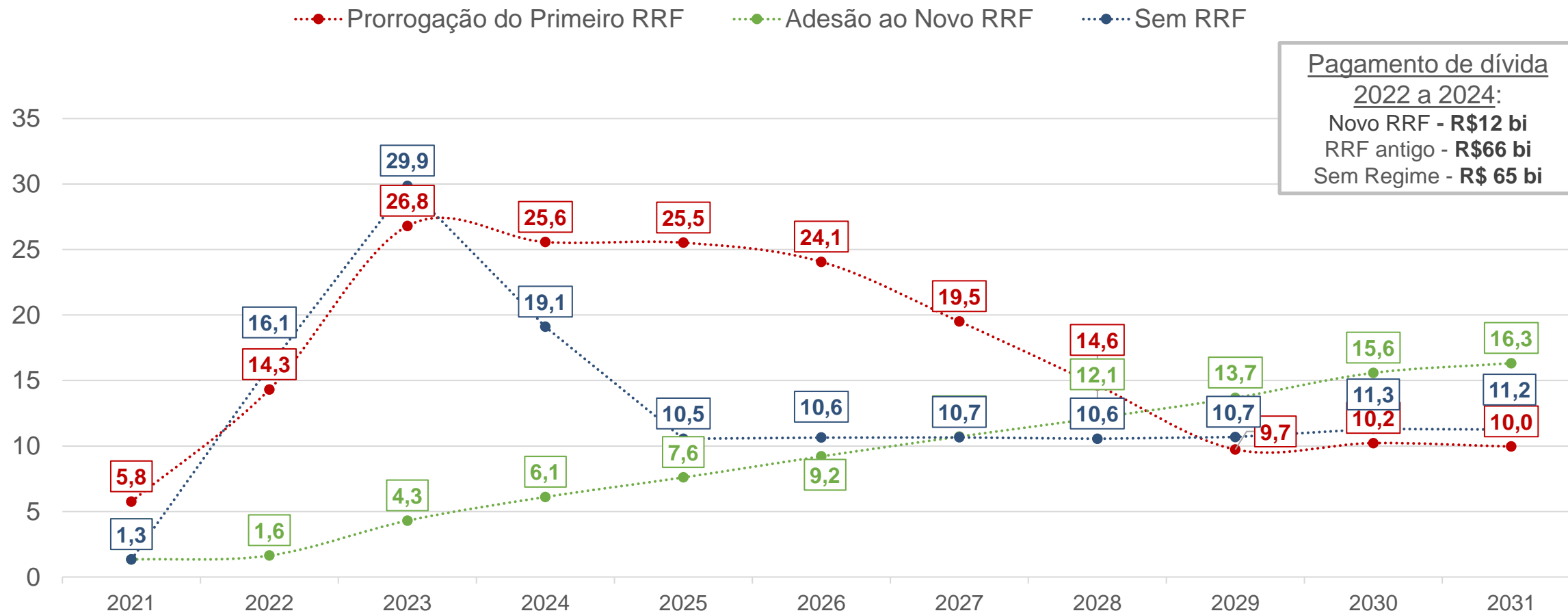


GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SEM TEMPO A PERDER

	Prorrogação RRF (LC 159/2017)	Cenário Novo RRF (LC 178/2021)	Cenário Sem RRF
Permite Medidas de Ajuste adicionais	✓ Novas medidas serão obrigatórias, uma vez que é preciso gerar Res. Nominal positivo.	✓ A não implementação das medidas de ajuste nos prazos e formas previstos no PRF gera inadimplência.	✗
Impõe vedações com foco em contenção de despesas obrigatórias	✓	✓ Mantém e acrescenta vedações	✗
Permite compensação financeira por descumprimento de vedação	✓ No Regime anterior não é possível afastar vedações. Há o instituto da compensação posterior .	✓ Permite afastar as vedações , desde que previsto no PRF e apresentar compensação prévia .	✗
Extinção súbita do Regime	✓ A qualquer momento , caso seja observado descumprimento de vedação não compensado.	✗ Ocorre caso o Estado permaneça inadimplente por dois exercícios consecutivos .	✗
Renegociação do Serviço da Dívida (valor a pagar de 2022 a 2024)	R\$ 66 bi	R\$ 12 bi	R\$ 65 bi

Novo RRF reajusta agenda de pagamento do serviço da dívida



Pagamento de dívida
2022 a 2024:
 Novo RRF - R\$12 bi
 RRF antigo - R\$66 bi
 Sem Regime - R\$ 65 bi

(R\$ Bilhões)

* Considera-se para simulação o **Novo RRF** homologado em junho/22 e o **Sem RRF** com a adesão aos aditivos da LC 156/16, LC 159/17 (9º-A sem homologação) e LC 178/21 (art. 23, até 30/06/22).

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

REVISÃO DO RRF/17 X ADESÃO AO NRRF

Óbices à revisão x Impasse Jurídico à Homologação

- As tratativas de 2017 previam um Plano de Recuperação Fiscal com **duração de 6 anos**, posicionamento **corroborado pelo Governo Federal** em diversas oportunidades;
- Contudo, após 3 anos de vigência do RRF/17, a União informou sobre a **necessidade de pedido expresse** para viabilizar a prorrogação até os 6 anos inicialmente previstos;

IMPASSE ACERCA DA PRORROGAÇÃO

União

A prorrogação deveria ter sido solicitada ao ente federal

Estado

Plano homologado prevendo vigência de 6 anos

- ❖ Superação dos impasses com o CSRRF e a STN;
- ❖ Questões atuais perante a PGFN: **triênios e teto de gastos**;
- ❖ Recentes movimentações no âmbito da ACO nº 3457:

Pedido liminar para afastar os óbices formais apontados pela PGFN a fim de obter a homologação do PRF;

Deferimento de liminar para prorrogar a permanência do ERJ no NRRF, com suspensão do pagamento da dívida, e marcação de audiência de conciliação.

A **insegurança jurídica** é a principal consequência da não homologação do PRF, pois:

- O Estado fica impossibilitado de realizar despesas previstas no **anexo de ressalvas** do PRF enviado à STN;
- Não existe a possibilidade de o Estado apresentar **compensação prévia** ao CSRRF para possíveis atos violadores que precisem ser implementados;
- Despesas realizadas pelo Estado que seriam caracterizadas como de **caráter irrelevante** são apontadas pelo CSRRF como violação ao Regime.

Secretaria de
Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SEM TEMPO A PERDER

Obrigado